



Suspeita-se que institutos favorecem clientes

A série de disparidades apresentadas pelos institutos de pesquisa nas eleições pode levar a uma revisão das regras que autorizam o funcionamento dessas empresas. Propõe-se a criação de uma legislação restritiva, que impeça, por exemplo, a divulgação de dados de institutos que prestem serviços a candidatos.

As principais disparidades aconteceram em Brasília, Rio Grande do Sul e Goiás. Nos dois primeiros casos, os candidatos do Partido dos Trabalhadores obtiveram votações que contrariaram as previsões acima da margem de erro de 2%. Em Goiás, o senador e ex-governador Íris Rezende (PMDB), anunciado como vitorioso já no primeiro turno, está empatado com Marconi Perillo (PSDB), que até a tarde de hoje contabilizava 50,60% dos votos válidos.

O ex-governador Joaquim Roriz, do PMDB do Distrito Federal, liderava as intenções de votos apresentadas por todos os institutos de pesquisa. Pelos resultados, o governador Cristovam Buarque, do PT, ficou em primeiro lugar. Os dois voltam a se enfrentar no próximo dia 25, no segundo turno.

No Rio Grande do Sul o governador Antônio Brito, do PMDB, levava uma vantagem de aproximadamente 5 pontos sobre o segundo colocado, o ex-prefeito de Porto Alegre Olívio Dutra, do PT. Numa “virada espetacular”, Dutra chegou a ameaçar uma vitória no primeiro turno. Para Dutra, não há nada de estranho no seu desempenho. “Sabíamos que estávamos bem e que as pesquisas não refletiam a realidade”.

O Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, também estranha que a candidata do seu partido ao governo do estado, Marta Suplicy, sua mulher, tenha saltado do quarto lugar para uma disputa apertada com o governador Mario Covas pela vaga para o segundo turno.

Cientistas políticos ouvidos hoje chegaram a afirmar que alguns institutos teriam promovido uma espécie de “acomodação de resultados”, corrigindo números nos últimos levantamentos, que sempre apontam para crescimentos surpreendentes e até anômalos, às vezes de mais de 10 pontos em uma semana. Foi o caso o Rio Grande do Sul.

Essa prática permitiria que alguns institutos “trabalhassem para os seus candidatos” ao longo da campanha e, na reta final, acertassem os números para preservar o prestígio da empresa.

O senador Suplicy, reeleito com um percentual de votos também não captado pelos órgãos de pesquisa, pretende apresentar projeto de lei para disciplinar essa atuação.

Date Created

05/10/1998